

AÇÕES COMBATIVAS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL FRENTE À DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Mitishaeli Leôncio da Silva Sousa¹
Maria Gabrielly da Silva Gonçalves²
Viviane de Bona³

RESUMO

O presente artigo propõe-se a estabelecer a relação entre a educação fornecida em ambientes não escolares, precisamente em ONGS e a desigualdade educacional, trazendo o recorte de padrões diferentes de acesso à educação. Tendo como objeto de estudo o caso da Associação GRIS Solidário, identifica as ações educativas desenvolvidas e como estas contribuem para a diminuição das desigualdades educacionais. A pesquisa de natureza qualitativa, se desenvolve buscando a percepção dos beneficiários/usuários frente às ações, por meio de entrevistas. Com as informações fornecidas compreende-se que a educação não-formal contribui não apenas para a diminuição das desigualdades educacionais como também auxilia na diminuição das desigualdades sociais, em decorrência de não só trazer ações contribuintes para o desempenho e desenvolvimento escolar, mas também atuar na formação dos indivíduos para a vida em sociedade, em um processo de construção da cidadania, auxiliando-os para o viver educacional e social.

Palavras-chave: Educação não-formal, Desigualdade educacional, Desigualdade social, Cidadania.

INTRODUÇÃO

Na pesquisa construída, tivemos o objetivo geral de analisar como as ações educativas oferecidas pela associação GRIS contribuem para a diminuição das desigualdades educacionais. Para tanto identificamos a existência dessas ações desenvolvidas pela instituição, e compreendemos a percepção dos beneficiários/usuários frente a estas. Este trabalho foi desenvolvido durante a disciplina PPP 1 (Pesquisa e Prática Pedagógica, processos formativos em espaços não escolares) onde apresentou-se a Associação GRIS como um referencial de educação não formal e um exemplo de receptividade, surgindo assim o interesse pelo tema da pesquisa, além da influência na inclinação pessoal de ambas estudantes e escritoras deste

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPE, mariagabigabrielly2001@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPE, mitishaeli.silva@ufpe.br;

³ Professora orientadora: Docente da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, viviane.bona@ufpe.br.

trabalho, como alunas de ensino público, entendendo os desafios e as desigualdades existentes no Brasil.

A Associação Gris Espaço Solidário Casa Maria de Lourdes foi criada em Agosto de 2018, com o objetivo inicial de assistencialismo, frente a tantas famílias em vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, pela grande demanda, pensou-se em um local que viesse a ser o ponto de recebimento e distribuição dessas arrecadações, surgindo assim o Espaço GRIS, em uma casa alugada na rua Diogo Barbosa Machado, no bairro da Várzea na cidade de Recife/PE.

Contudo, o espaço expandiu seus objetivos, passando a oferecer atividades gratuitas à população, tais como: acolhimento, atividades pedagógicas e terapêuticas através da Pedagoga, Psicomotricista e cofundadora do Gris, juntamente com voluntários e estudantes do curso de Pedagogia da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. É importante esclarecer que essa pesquisa foi realizada completamente de forma remota, em decorrência da pandemia (COVID-19), fazendo-se uma análise das atividades e ações antes do período pandêmico.

A educação formal e a não-formal já foram consideradas por muito tempo como dois extremos inconciliáveis e a educação não-formal muitas vezes considerada informal e inferior, mas será que cabe apenas à educação escolarizada proporcionar os conhecimentos para os seus indivíduos em sociedade? Pode a educação não-formal contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais?

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, que segundo Fonseca (2002, p. 32 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37): “Seguem o mesmo caminho, mas a pesquisa bibliográfica utiliza referências teóricas retratadas de materiais já elaborados, retirados muitas vezes de livros e artigos, já a pesquisa documental tem um acervo de fontes mais diversificadas e sem tratamento analítico”. Na coleta de dados empíricos optamos pela realização de entrevistas, sendo duas estruturadas com dois responsáveis por crianças e adolescentes que integram a instituição, pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. Também foi realizada uma entrevista semiestruturada através do aplicativo Google Meet, com o coordenador da associação, sendo utilizado um roteiro de perguntas a serem abordadas. Tal

entrevista teve o objetivo de entender a dinâmica de atividades desenvolvidas pela instituição, buscando identificar as ações educacionais, mapear as ações fornecidas pelo Gris na comunidade da Várzea em relação às desigualdades sociais e as estratégias utilizadas para a diminuição das desigualdades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como categorias teóricas elencamos a educação não-formal e a desigualdade educacional. Para compreendermos a educação não-formal, faz-se necessário trazer o conceito da mesma. Segundo (GOHN, 2020, p. 12): “A educação não formal é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade.” Gohn (2020) também fala que a educação não-formal é construída por escolhas e intenções, e o aprendizado não é espontâneo, pois é resultado de condicionalidades.

Além disso, a educação não-formal se refere à formação do ser humano, e é um direito social de todos (as), contudo, por esta não ocorrer dentro da escola ou não desenvolver processos escolarizados, é desconsiderada muitas vezes como educação pela sociedade e pelos meios de comunicação (GOHN, 2020). Entretanto, diversos tipos de aprendizagens são desenvolvidas na educação não-formal, tais como: aprendizagem política, aprendizagens que proporcionam o desenvolvimento de habilidades e/ou potencialidades capacitando o indivíduo para o trabalho, e a aprendizagem de organização em coletivo, e com objetivos comunitários e voltados para a solução de problemas sociais.

Neste sentido, a educação não-formal, é definida como aquela que se aprende no “mundo da vida”, através dos processos de compartilhamentos de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas, realizando-se geralmente em espaços não-formais, como explicita Gohn (2020):

[...] As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGS nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. [...] (GOHN, 2020, p. 13).

Gadotti (2005) traz as definições e as diferenças entre a educação formal e a educação não-formal. Enquanto a educação formal tem objetivos claros e é principalmente representada por Escolas e Universidades com uma diretriz educacional, centrada num currículo, com hierarquias e burocracias definidas a nível nacional e com órgãos que a fiscaliza, a educação não-formal é mais difusa e menos burocrática e hierárquica, não tendo obrigatoriedade em aderir ao sistema de séries e níveis sequenciais, podendo ou não certificar a aprendizagem. Contudo, mesmo com tais diferenças estruturais, não devemos comparar os dois tipos de educação, nem inferiorizar a educação não-formal, trata-se de conhecer melhor suas possibilidades e potencialidades e harmonizá-las em benefício de todos.

Dessa forma, deve-se observar a educação não-formal como aliada e oportunizadora de possibilidades para a educação formal, na medida em que a formal não consegue abarcar a educação em seu sentido pleno, sendo a formação de indivíduos para a cidadania parte dessa plenitude. Gohn (2020) traz a crítica de que a formação cidadã é um dos objetivos, estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), contudo a educação formal tende a atender aos atributos próprios e específicos, como alfabetizar, ensinar a arte da matemática, dar acesso aos conhecimentos construídos pela humanidade, e não consegue realizar esse dever, deixando brechas na educação dos indivíduos.

E por esse motivo, Gohn (2020) afirma que deve existir uma articulação do formal com o não-formal, tendo a educação não-formal como diretriz estruturante da formal e não como mera complementação. Neste seguimento, a autora acrescenta que a educação não-formal quando atrelada a projetos sociais, desenvolve a inclusão e atua combatendo o preconceito e outras temáticas, agindo na educação básica dos indivíduos, fortalecendo o processo de aprendizagem e provendo outras dimensões que a estrutura curricular não atinge.

Conceituando as desigualdades educacionais, Dubet (2001, p. 5 apud MICHALOVICZ, 2015, p. 11086) afirma como: “um conjunto de processos sociais de mecanismos e experiências coletivas e individuais”. Tal definição nos traz a interpretação de que o sistema educacional “não está isento e é perpassado pelas desigualdades” (MICHALOVICZ, 2015, p. 11086). Ainda sobre desigualdade na educação, Michalovicz (2015, p. 11085) assevera que: “faz-se necessário analisar o paradoxo existente na escolarização da população brasileira”, a partir do momento em que tivemos avanços em relação ao direito à educação para todos, por meios de leis como a Constituição da República Federativa de 1988,

entretanto, mesmo com leis que reafirmam tais direitos, as desigualdades educacionais se perpetuam, sobretudo nas camadas menos favorecidas economicamente.

Trazendo um recorte histórico, podemos constatar que a partir do processo de industrialização e modernização da sociedade, a escola passa a ser tratada como necessária para a formação da população, no entanto, com fins mercadológicos (formação de mão de obra qualificada). Dessa forma, mesmo com o processo de democratização do ensino, as desigualdades educacionais não foram superadas, sendo a educação distribuída entre as camadas sociais de forma desigual, permanecendo a dualidade no ensino: a classe social dominante recebia uma formação para a intelectualidade e o ingresso na academia, e as camadas populares tinham um ensino na direção da preparação e/ou qualificação para o trabalho. (MICHALOVICZ, 2015).

Como traz Perez (2007, p. 62): “Ao mesmo tempo em que princípios de desigualdades são ressaltados como o acesso à escolarização, procedimentos de segregação social, são legitimados, oferecendo uma qualidade de ensino desigual para os diferentes segmentos sociais.”

Dessarte, podemos depreender que as desigualdades educacionais estão estritamente ligadas às desigualdades sociais. Como apresenta Saviani (2011) ao problematizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, que isentava o Estado de sua responsabilidade em garantir a gratuidade do ensino, caso a família não comprovasse a situação de pobreza do responsável, ou ainda se houvesse insuficiência na escola, e sem desenvolver ferramentas para as pessoas que não conseguissem comprovar, privando do direito à educação gratuita, limitando-as, reproduzindo a desigualdade educacional e perpetuando a desigualdade social, uma vez que os indivíduos não acenderiam socialmente por meio da educação.

É necessário explicitar que há diversos tipos de desigualdades educacionais, porém, trazemos especificamente a desigualdade educacional de acesso a padrões diferentes de qualidade educacional, que de acordo com Sampaio e Oliveira (2015), gera diversos efeitos negativos, um exemplo trazido pelos autores é a exclusão que resulta na desigualdade econômica, devido a grande demanda por trabalho qualificado e a pequena oferta, que faz com o que o salário desse grupo seja diferente dos salários de outros grupos de trabalhadores. (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015, p. 512).

Reverberando tais inferências, podemos refletir sobre o que fala Neto *et al* (2013, p. 97): “O Brasil ainda está distante, não somente da equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade [...]”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação não-formal e desigualdade educacional: O caso do Espaço Gris

No decorrer da entrevista com o coordenador notamos que as ações/atividades desenvolvidas pelo GRIS solidário tem um caráter educativo que vai além das barreiras impostas pela educação escolarizada, o processo de ações fornecidas se caracteriza por uma educação não-formal, definida como sendo uma educação que prepara indivíduos para a formação da cidadania, GOHN (1999).

Acerca das atividades educativas desenvolvidas na associação, informaram-nos sobre as oficinas de produção criativa, onde as crianças “planejam, organizam, e executam uma ideia.” O que nos remete ao pensamento de Gohn (2020), que afirma a intencionalidade na construção da educação não-formal, e por isso a aprendizagem não é espontânea, na medida que aquela situação foi planejada e o indivíduo condicionado. Ainda na escuta sobre as atividades educativas desenvolvidas no espaço, nos descreveram trabalhos realizados com a temática de direito à cidade através da confecção de maquetes, e isto se enquadra como aspectos caracterizantes da educação não-formal: a formação para a cidadania e à conscientização acerca dos direitos humanos (GOHN, 2020). Também foi falado sobre o reforço escolar, direcionado a algumas crianças com dificuldades de alfabetização, fornecido por pedagogos e psicopedagogos.

A respeito dos conteúdos trabalhados na associação e a metodologia utilizada, nos foi relatado que os conteúdos são trabalhados de acordo com a necessidade diária, como por exemplo: a temática racial levantada por um aluno, na sua percepção de ser observado pelos seguranças no supermercado. Com base neste relato observamos três aspectos relevantes, como: a valorização da experiência do sujeito, a construção de um ensino a partir da partilha, e a abordagem de um conteúdo social. Tal análise se aproxima da concepção de Gohn (2020) a respeito da educação não-formal, ao falar que diversos tipos de aprendizagens são extraídos nesse modelo educacional, sendo uma delas a aprendizagem de se organizar em coletivo e com

objetivos comunitários, pensando na solução de problemas sociais. Ao discutirem a temática do racismo, que é um problema social, visam a conscientização das crianças frente a essa questão, além da construção identitária, e conseqüentemente à luta contra as desigualdades e exclusões sociais. Outra característica observável, segundo Gonh (2010) é o aprendizado referente a diversidade, onde o indivíduo aprende a conviver e respeitar o outro, existindo uma mutualidade nesse processo.

Podemos observar a importância das ações fornecidas pela instituição, na análise das entrevistas que realizamos com os responsáveis, ao afirmarem haver bastante influência no exercício das crianças, como leitura, escrita e pintura. Sendo estas ações do GRIS estímulos positivos no processo de aprendizagem dos sujeitos. Outros aspectos foram trazidos, como a questão da socialização das crianças, a timidez, etc.

Entendemos que por meio destas atividades que as crianças/adolescentes participavam na instituição, não há apenas um auxílio na escolarização e conseqüentemente na diminuição das desigualdades educacionais, mas também na formação do cidadão, na interação um para com o outro em sociedade, preparando-os para a vida.

Constatamos a influência desta modalidade da educação no desejo pelo aprender, onde as crianças se sentem estimuladas a estudarem e a construírem suas aprendizagens como agentes, tal incentivo pode ser atribuído à prática da educação não-formal na medida que esse tipo de educação valoriza as vivências dos indivíduos, o que pode atraí-los e incentivá-los, fazendo-os pertencentes àquele processo de conhecimento.

Também foi possível identificar nas ações educativas da educação não-formal fornecidas pela associação como promotoras e possibilitadoras da transformação de realidades desfavorecidas pelo contexto social que propicia tantas desigualdades. É possível ainda perceber que tais atividades não seriam custeadas pelos responsáveis, justamente por condições financeiras, reforçando a visão de Gadotti (2005) de que deve-se olhar para a educação não-formal como aliada e oportunizadora de possibilidades e potencialidades para a educação formal. E nas camadas populares, onde o ensino é concebido de forma desigual, atuando no combate a desigualdade educacional.

Destacamos que a Associação GRIS fica localizada em um bairro da cidade do Recife, que segundo dados do site da prefeitura, possui 70.453 habitantes, sendo a grande maioria mulheres com o número de 37.583 e em dados inferiores 32.870 por homens. Ainda destacamos que 46,84% das pessoas responsáveis pela renda domiciliar são mulheres e

referente a taxa de alfabetização da população a partir de 10 anos de idade, temos o percentual de 93, 2% de alfabetizados, contudo a prefeitura enfatiza que esses dados de alfabetização se referem ao conceito básico: “capazes de ler ou escrever pelo menos um bilhete simples.”

Esses dados são de extrema importância pois condizem com as falas dos responsáveis acerca da falta de condições financeiras, a fome, e como o GRIS auxiliava essas famílias através de doações de alimentos, produtos higiênicos, medicamentos, etc, e como também essas mães solas (formam a maioria dos responsáveis) possuem um baixo nível de escolarização, alegando não conseguirem ajudar seus filhos nas tarefas escolares, e por isso ressaltam a importância do espaço como um agente promotor de potencialização na educação de seus filhos.

Outro aspecto relatado foi o sentimento de medo, onde os responsáveis se sentiam inseguros por residirem num bairro “violento” e terem os seus filhos presenciando tais situações, afirmando que as crianças já estavam com os comportamentos alterados. Percebemos pelos relatos que o GRIS promove tanto para as crianças quanto para as famílias um aspecto de esperança e de mudança de realidade social e educacional. Constatamos que através de ações fornecidas pela instituição os indivíduos adquirem um capital social e cultural mais rico que é possibilitado pela presença da associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises dos dados coletados, podemos refletir acerca da importância da educação não-formal nos espaços socioeconomicamente vulneráveis, atuando como uma ferramenta de combate às desigualdades. Também foi possível observar a existência da relação entre a educação não-formal e a educação formal, atrelando-as à construção de potencialização da educação e possibilitando uma formação completa para o indivíduo.

Percebemos que a educação não-formal proporciona aos indivíduos um espaço de incentivo a educação, na medida em que estes se sentem participantes e agentes do processo de aprendizagem, afinal suas experiências e/ou vivências fazem parte da construção dos conteúdos.

Compreendemos a educação não-formal como atuante direto na formação do indivíduo, à cidadania, no seu convívio social, no respeito a diversidades, na consciência de direitos e deveres, e outros.

Ressaltamos a relevância e necessidade deste trabalho para a disseminação do conhecimento das práticas de educação não-formal na sociedade, referente a atuação desses educadores sociais como pontes de esperança, transposições de realidade e mudança de vida, quanto na formação dos educadores, explicitando a necessidade de agentes educativos nestes espaços, experienciando outros campos de atuação do educador, extramuro escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nossa instituição de formação, a UFPE, por proporcionar as três dimensões da universidade para os estudantes (ensino, pesquisa e extensão), possibilitando tais construções, trocas e compartilhamentos. A nossa orientadora, Viviane de Bona, docente da UFPE, que com muita sensibilidade, acolhimento e atenção sempre esteve nos guiando, construindo conosco, contudo, sempre estimulando a reflexão, a criticidade e a autonomia no processo de aprendizagem e pesquisa. A parceria estabelecida entre nós, autoras, com responsabilidade e preocupação em contribuir de forma positiva para a disseminação do conhecimento, tecendo de forma cuidadosa e se permitindo sentir todo o processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 abr. 2021.

_____. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais / Maria da Glória Gohn. - São Paulo: Cortez, 2010. - (**Coleções questões da nossa época**; v.1).

FERREIRA, Wallace. Bourdieu e a Educação: Concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. **E-Mosaicos**, v.2, n.3, p.46-59, Junho, 2013. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/8846/672>> Acesso em: 18 abr. 2021.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. In: **DROIT À L'ÉDUCATION: SOLUTION À TOUS LES PROBLÈMES SANS SOLUTION?**. Sion: Institut international des Droits de l'Enfant ; Institut Universitaire Kurt Bösch, 2005, p.93-112. Disponível em: <<https://www.childsrighs.org/en/publications/publications-ide>> . Acesso em: 19 abr. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do Coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3259>> . Acesso em: 16 abr. 2021.

_____. **Lei** de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9.394/96.BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MICHALOVICZ, Cátia Corrêa. Desigualdades escolares e políticas educacionais: uma perspectiva histórica. **EDUCERE** - Congresso Nacional de Educação, 13, 2017, Paraná.. Paraná: Pucpr, 2017. 17 (p. 11085 - 11100).

NETO, J. J. S.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Encontros e desencontros da educação escolar: implicações para a democratização do ensino. **Educação em Revista**, Marília, 2007, v8, n.1, p.61-74. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/619>>.

PREFEITURA DO RECIFE. **Serviços para o cidadão**. Disponível em:

<<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/varzea?op=NTI4Mg==>> . Acesso em: 26 fev. 2021.

SAMPAIO, Clementin Thomazinho Gabriela; OLIVERA, Romualdo de Portela. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n.3, p.511-530, set/dez 2015. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/download/60121/37016>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa científica. GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de pesquisa**/ Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42. UAB/UFRGS.